



## CONDICIONANTES SUBJETIVOS DA ADESÃO DE PRODUTORES RURAIS A POLÍTIICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### SUBJECTIVE DETERMINANTS OF FARMERS' ADHERENCE TO PUBLIC POLICIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Mariana Bombo Perozzi Gameiro

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos

#### INTRODUÇÃO

A promoção do “desenvolvimento rural sustentável” tornou-se objetivo comum e frequente para significativa parcela das políticas públicas que emergiram nas duas últimas décadas, no Brasil.

No Estado de São Paulo, uma das primeiras políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável colocada em prática foi o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH). Tal programa, parcialmente financiado pelo Banco Mundial, foi executado entre 2000 e 2008 pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, por meio de seu órgão de extensão, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Em documentos oficiais, a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo justifica seu apoio à promoção do desenvolvimento rural sustentável por ter em vista dois desafios principais, presentes no meio rural paulista. O primeiro seria a baixa competitividade dos pequenos produtores, causada, entre outros, por sua fraca organização, baixo poder de negociação, acesso limitado ao crédito, baixo nível de escolaridade, falta de infraestrutura e dificuldade de acesso à comunicação (SÃO PAULO, 2011). O segundo desafio seria o nível avançado de degradação ambiental das áreas rurais, posto que a maior parte dos solos do Estado de São Paulo é tida como susceptível à erosão, e a aceleração deste processo levou à sedimentação de reservatórios, córregos e nascentes, bem como a perda da fertilidade em muitas áreas. Os agricultores familiares de baixa renda teriam sido os mais prejudicados por isso, devido à impossibilidade de arcarem com o aumento dos custos de produção ligados aos investimentos que seriam necessários para a recuperação do solo (SÃO PAULO, 2011).

Por este motivo, as áreas de abrangência do PEMH foram classificadas em três graus de prioridade, segundo a susceptibilidade à erosão do solo e a concentração da pobreza rural. Os agricultores familiares eram o principal público-alvo desta política.

O programa previa desembolsos de US\$ 55 milhões por parte do Banco Mundial e US\$ 69,70 milhões por parte da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Os investimentos estavam inicialmente divididos em seis módulos, chamados “componentes” na linguagem do programa, e se direcionavam ao: 1) desenvolvimento institucional e tecnológico (extensão rural, assistência técnica, aquisição de veículos, computadores e outros equipamentos para o trabalho dos técnicos da CATI); 2) pesquisa agrícola; 3) manejo e conservação de recursos naturais; 4) readequação de estradas rurais; 5) treinamento e capacitação (tanto de técnicos quanto de produtores rurais e suas famílias); 6) administração e supervisão do projeto (WORLD BANK, 2009).

Parte dos recursos seria destinada aos agricultores beneficiários sob a forma de subvenção a fundo perdido. Esses subsídios estavam previstos no item 3 acima mencionado, e visavam incentivar a compra coletiva ou individual de máquinas e equipamentos, sementes de adubação verde, cercas, calcário agrícola, sistema de divisão de pastagem, construção de fossas sépticas e abastecedouros comunitários, o controle de voçorocas, plantio de mata ciliar, entre outros.

A CATI e o Banco Mundial publicaram estudos de avaliação dos resultados do PEMH, da mesma forma que estudos acadêmicos abordaram este assunto<sup>1</sup>. A proposta do presente trabalho, porém, difere desses enfoques, estando centrada nos fatores subjetivos que influenciaram, positiva ou negativamente, a adesão dos produtores rurais a tal política de desenvolvimento rural.

---

<sup>1</sup> Vide Gameiro (2013).



## MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados de campo que sustentam este artigo foram levantados para a realização de uma dissertação de mestrado, defendida por Gameiro (2013) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Tal pesquisa utilizou técnicas qualitativas de pesquisa social, incluindo o levantamento bibliográfico, a realização de entrevistas semiestruturadas e a análise de documentos.

As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2010 e abril de 2012, totalizando aproximadamente 19 horas de entrevistas, todas transcritas. O público entrevistado incluiu agricultores beneficiários e não beneficiários do PEMH (inclusive em assentamentos rurais); diretores da CATI e técnicos executores do PEMH; e o coordenador da área de desenvolvimento sustentável do Banco Mundial no Brasil.

Como recorte geográfico, elegeu-se a área abrangida pela bacia hidrográfica Tietê/Jacaré, que é composta por 25 municípios e apresentava o número de 2.473 produtores rurais em 2008 (SÃO PAULO, 2011). A amostra da pesquisa foi composta por três escritórios regionais da CATI e, nestes, três municípios: Araraquara (do EDR de Araraquara), São Manuel (do EDR de Botucatu) e Ibitinga (do EDR de Jaboticabal).

## RESULTADOS

A análise dos relatos dos agricultores entrevistados sugere que a inserção dos pressupostos técnicos do Microbacias foi, em linhas gerais, bem recebida. Os agricultores verbalizaram interesse pela maioria das práticas sugeridas pelo PEMH, sobretudo por aquelas que integravam suas consciências práticas, relacionadas à produção agropecuária (tal como aplicação de calcário, curva de nível, etc). Cabe aqui destacar que, em boa parte das vezes, o interesse pela reprodução econômica não se restringia a uma possível maximização de lucros proporcionada pela incorporação tecnológica, mas sim às potencialidades de manutenção e reprodução social de suas famílias e, com elas, de suas culturas, tradições e laços.

Práticas menos ligadas à dimensão produtiva, como por exemplo as cercas de proteção de APP, podiam ser legitimadas pelos agricultores ou não. Quando o eram, isso ocorria segundo variados esquemas de percepção, que não exclusivamente a racionalidade técnica – por exemplo, a vontade de proteger os animais. Da mesma forma, a construção de poços artesianos, de fossas assépticas e estradas eram geralmente bem aceitas pelas melhorias que proporcionavam ao bem-estar de cada família. As duas últimas práticas mencionadas, além do benefício individualizado à propriedade rural em que eram instaladas/concretizadas, representavam também uma espécie de “consideração moral” para com os vizinhos, que direta ou indiretamente desfrutariam das vantagens daquela prática. Isso conferia prestígio ao produtor dentro do grupo ou, ao menos, evitava que ele fosse “mal visto” perante os demais por uma eventual recusa em participar. Essa forma de coerção social não operava, porém, em grupos menos coesos ou espacialmente dispersos, como no caso das microbacias em que número significativo de proprietários rurais morava na cidade.

É possível, desta forma, dizer que a aderência dos agricultores às recomendações técnicas e, portanto, aos incentivos econômicos do PEMH se configurara como um entrave menor à execução do programa do que a adesão à metodologia participativa e a outras inovações institucionais dessa política (como a oferta de cursos de artesanato ou processamento de alimentos), os quais se revelaram como caminhos mais difíceis a percorrer, muitas vezes permeados por resistências. No tocante à participação dos agricultores, deve-se frisar que o desinteresse maior referia-se às instâncias descentralizadas formais (os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural), onde as assimetrias de capitais simbólicos e culturais – e, portanto, de poder – são mais evidentes.

Os dados de campo desta pesquisa também revelam que o envolvimento de muitos agricultores junto ao Programa de Microbacias esteve condicionado ao compartilhamento de identidades e de valores com os técnicos (por exemplo, o amor pela terra ou a “cultura da roça”),



bem como à proximidade linguística e cultural. A identificação de traços compatíveis, que possam deslocar o técnico do grupo dos “outros” e trazê-los para o “nós”, facilitava a interação entre ambos (GOFFMAN, 2002). Essa credencial possibilitava ao extensionista desenvolver laços de confiança junto aos agricultores, sem que, contudo, esses deixassem de valorizar a competência profissional dos primeiros.

A construção desses laços de confiança e o respeito aos códigos culturais dos produtores revelaram-se elementos fundamentais para que as recomendações técnicas dos peritos adquirissem legitimidade nas microbacias pesquisadas, contribuindo positivamente para o desempenho do programa em algumas áreas. Esta legitimidade, obviamente, não impede que a perícia dos técnicos esteja sempre condicionada ao cálculo de seus riscos e ao monitoramento de suas limitações, por parte dos agricultores. Vale destacar que o sentido da confiança captada por esta pesquisa ultrapassa a noção de confiança nos sistemas peritos teorizada por Giddens (1991), já que aqui a personalidade é determinante e a confiança é depositada no indivíduo em si, e não abstratamente nos conhecimentos que ele porta.

## CONCLUSÕES

Expostos a uma série de influências externas, sobretudo em função dos avanços no acesso às tecnologias de comunicação e transportes, os produtores rurais entrevistados atribuem significados não-homogêneos aos recursos naturais, aos espaços rurais e aos seus próprios posicionamentos na estrutura social. Isso se reflete numa larga variabilidade de expectativas e projetos pessoais e profissionais, que naturalmente são difíceis de serem captados pelas políticas públicas que almejam promover o “desenvolvimento rural sustentável”. As ações implementadas consistem, muitas vezes, em uma fragmentação de microrrealizações sem verdadeiro impacto territorial, com notável déficit do que poderia ser um “projeto comum”, se é que este é possível – não desconsiderando o mérito da melhoria, ainda que pontual ou individualizada, das condições de reprodução das rotinas das famílias rurais entrevistadas. O ponto crítico consiste, porém, em trabalhar o “desenvolvimento rural sustentável” como um conceito fechado, desejável e passível de operacionalização, enquanto os próprios sentidos do rural não cessam de se transformar, e o desenvolvimento sustentável se constitui numa categoria política ampla, sujeita a negociações e aberta a jogos de poder, permeada de facetas que raramente se encontram equilibradas dentro das propostas normativas.

## AGRADECIMENTO

Agradeço à FAPESP pelo apoio financeiro que viabilizou a realização desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GAMEIRO (2013). **Desenvolvimento, perícia e poder no rural paulista: o caso do programa estadual de microbacias hidrográficas**. 2013, 170 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Informações gerais da agropecuária do Estado de São Paulo. In: **Microbacias II - Manual Operacional - Anexo 1**. 2011.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Retratos de uma transformação ambiental, econômica e social: Ações desenvolvidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, 2000-2008**. Campinas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- WORLD BANK. **Implementation completion and results report (IBRD-42380)**. Washington, 2009. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/7FHWDNIHC0>>. Acesso em: 02 maio 2010.